



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA TRIGESIMA SÉTIMA (37ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Trigésima Sétima (37ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 13 de novembro de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antônio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Neste ponto, às 18h40, o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, suspendeu a sessão, para pequena exposição, por parte da *senhora Valdívnia Albejante, representante de todas as entidades assistenciais de Mogi Mirim*, que explanou sobre a situação das entidades, diante da falta de repasse financeiro, por parte da Prefeitura Municipal. Posto isto, a sessão foi reaberta às 18h55, e o Presidente, prosseguindo com o “Expediente”, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou a Vereadora Dayane Amaro Costa para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário as Atas da Trigésima Sexta (36ª) Sessão Ordinária e Nona (09ª) Sessão Extraordinária, realizadas, respectivamente, nos dias 09 e 11 de novembro de 2015, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência, deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 136, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 86/2015, datada de 03/11/2015, objeto do Ofício nº 86/2015, de igual data, “dispondo sobre a desapropriação, amigável, ou judicial, de área de terreno, que consta pertencer à Verena Schuster e outros”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme Artigo 49, § 1º do Regimento Interno); 2. Projeto de Lei nº 137, de 2015, de autoria do Vereador Marcos bento Alves de Godoy, “dispondo sobre a proibição de trânsito de caminhões e treminhões, transportando cana de açúcar, na Avenida Luís Pilla, em Martim Francisco; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 139, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 89/2015, datada de 06/11/2015, objeto do Ofício nº 89/2015, de igual data, “dispondo sobre a doação de área de terreno, de propriedade



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do município de Mogi Mirim, à Associação Resgate a Vida de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme Artigo 49, § 1º do Regimento Interno); 4. Projeto de Lei nº 140, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 91/2015, datada de 11/11/2015, objeto do Ofício nº 91/2015, de igual data, “dispondo sobre retificação de área de terreno doada à empresa Lajeart Indústria e Comércio de Materiais para Construção Ltda., pela lei Municipal nº 2.607, de 15 de agosto de 1994”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei nº 141, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 92/2015, datada de 11/11/2015, objeto do Ofício nº 92/2015, de igual data, “dispondo sobre o repasse de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, para as entidades cadastradas no Conselho Municipal do Direitos da Pessoa Idosa, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Projeto de Lei nº 142, de 2015, de autoria do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, “dispondo sobre a venda de cervejas, nas arenas e estádios esportivos, no município de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 7. Projeto de Lei nº 143, de 2015, de autoria do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, “instituinto a Semana Municipal de Combate à Evasão Escolar, no Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 8. Projeto de Lei nº 144, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 93/2015, datada de 16/11/2015, objeto do Ofício nº 93/2015, de igual data, “instituinto, no âmbito do município de Mogi Mirim, o Programa de estímulo à regularização Fiscal – PERF, para débitos constituídos até 31 de dezembro de 2014, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 9. Projeto de Resolução nº 06, de 2015, de autoria da Mesa da Câmara de Mogi Mirim, “transferindo bens imóveis, em desuso, ao Poder Executivo, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Permanentes); 10. Projeto de Resolução nº 08, de 2015, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, “dispondo sobre a modificação do Artigo 111, § 6º, da Resolução nº 276, de 2010, vigente Regimento Interno, que trata das inscrições dos oradores, no “Expediente” das sessões ordinárias”; (ao exame das Comissões Permanentes); 11. Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2015, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano à senhora professora Maria Dulce Colombini Patelli”; (ao exame das Comissões Permanentes); 12. Balancete da Receita e Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de setembro/2015”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com os Ofícios nºs. 86, 89, 91, 92 e 93/2015, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou, respectivamente, fossem os Projetos de Lei nºs. 136, 139, 140, 141, 144/2015 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento nº 464/2015. Autoria: Dayane Amaro Costa. Assunto: requeiro cópia de contrato de serviços firmados entre a Prefeitura de Mogi Mirim, com a Empresa M. L. Vila Verde Gomes Eireli - ME, com respectivo registro de preços e justificativa da dispensa de licitação. Requerimento nº 465/2015. Autoria: Dayane Amaro Costa. Assunto: requeiro cópia de contrato de serviços firmados entre a Prefeitura de Mogi Mirim, com a empresa M. Rodrigues Serralheria ME, com respectivo registro de preços. Requerimento nº 466/2015. Autoria: Cinoê Duzo. Assunto: requer ao Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, para que junto à secretaria competente, providencie ações no combate aos escorpiões, em todas as regiões da cidade e no Distrito de Martim Francisco. Requerimento nº 467/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requeiro ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, para cópias das notas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fiscais, emitidas pelas empresas, que fazem o transporte escolar rural, nos meses de julho, agosto, setembro e outubro do ano de 2015. Requerimento nº 468/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: Requeiro ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), para informações a respeito do complexo da caixa d'água do Jardim Europa. Requerimento nº 469/2015. Autoria: Ary Augusto Reis de Macedo. Assunto: Requeiro ao Prefeito Municipal Luís Gustavo A. Stupp, informações sobre o recebimento dos repasses do Ministério da Saúde do Governo Federal, referentes ao MAC e a TRS a este município. Requerimento nº 470/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares Assunto: Requeiro Ao Exmo. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, para que officie a empresa vencedora da licitação, para prestar serviços de manutenção e ampliação do parque de iluminação pública, para que realize estudos a fim de modernizar e ampliar o serviço no Parque das Laranjeiras. Requerimento nº 471/2015. Autoria: Ary Augusto Reis de Macedo. Assunto: Requeiro ao Prefeito Municipal Luís Gustavo A. Stupp, informações sobre os valores dos repasses à Santa Casa, referentes ao Atendimento de Média e Alta Complexidade – MAC e à Terapia Renal Substitutiva – TRS. Requerimento nº 472/2015. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: requer ao Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, informações sobre a Associação Beneficente José Teixeira Machado – ABTEM. Requerimento nº 473/2015. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri e Jorge Setoguchi. Assunto: requer homenagem ao Atirador Destaque de 2015, do TG 02-023, de Mogi Mirim. Requerimento nº 474/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através de sua Secretaria de Assistência Social, informações sobre a implantação de um CAPS Infante/Juvenil, tendo em vista a necessidade de atendimento especializado. Requerimento nº 475/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através de sua Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Saúde,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

informe quais ações estão sendo realizadas, para prevenção de gravidez na adolescência, diante de tantos casos no município, conforme informações prestadas pelo Conselho Tutelar, em Audiência Pública. Requerimento nº 477/2015. Autoria: Ary Augusto Reis de Macedo. Assunto: Requeiro ao Prefeito Municipal Luís Gustavo A. Stupp, informações sobre quais convênios celebrados com Santa Casa de Mogi Mirim. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação nº 499/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente realize instalação de dispositivo de redução de velocidade, na Rua Ângelo Bruno, no Parque das Laranjeiras. Indicação nº 500/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente realize substituição de placa de identificação, na Rua Professor Dante Aliguieri Vita, no Jardim do Lago. Indicação nº 501/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente realize instalação de dispositivo de escoamento de águas pluviais, na Rua Eliza Mansur Pierobon. Indicação nº 502/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente realize manutenção no passeio público, em frente à Secretaria de Saúde. Indicação nº 503/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente realize manutenção, na boca de lobo, localizada na Rua Belmiro Finazzi, no Jardim Planalto. Indicação nº 504/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente realize poda de árvore, localizada em frente ao Paço Municipal. Indicação nº 505/2015. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: indico ao Senhor Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, para que providencie, junto a secretaria competente, instalação de dispositivo de redução de velocidade (lombada) na Rua Marciliano. Indicação nº 506/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Prefeito Municipal, em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço, providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas, na pracinha, localizada na Rua Maria Conceição Campos Andrade, Bairro Vila Rádio/Tucura. Indicação nº 507/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira Da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço, providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas, na Rua Levi Braga Ferrão, em frente ao número 73, Bairro Jardim Califórnia. Indicação nº 508/2015. Autoria: Benedito José do Couto. Assunto: Indica ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, junto à Secretaria de Obras e Planejamento, recapeamento, com urgência, na Rua Suruí, no Bairro Mogi Mirim II. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção nº 99/2015. Autoria: João Antônio Pires Gonçalves. Assunto: moção de pesar, pelo falecimento do Sr. Hélio De Lazari, ocorrido no dia 10 de novembro de 2015. Moção nº 100/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: moção de pesar, com um minuto de silêncio, pelo falecimento do Senhor Ismael Aparecido, ocorrido no dia 08 de novembro de 2015. Moção nº 101/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: moção de pesar, com um minuto de silêncio, pelo falecimento da Senhora Benedita Luzia Dias Tagliaferro, ocorrido no dia 07 de novembro de 2015. Moção nº 102/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros, Cinoê Duzo. Assunto: moção de pesar pelo falecimento do Senhor Benedito Antônio Sernaglia, ocorrido dia 07 de novembro de 2015. Moção nº 103/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: Moção de Congratulações e Aplausos com a – Terceira Ordem Regular de São Francisco “TOR” de Mogi Mirim, pela realização da “I Gincana Francisca”, ocorrida no último dia 08 de novembro, no Convento Nossa Senhora de Fátima. A Moção nº 104/2015, de autoria do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, propondo, “Moção de Repúdio à Secretaria de Saúde do Estado de São



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Paulo e ao Governador do Estado de São Paulo, Sr. Dr. Geraldo Alckmin (PSDB), pela falta de medicamentos de alto custo, que deixaram de serem fornecidos, pelo Estado, conforme relação, que foi divulgada, em matérias, publicadas nos jornais da cidade”, teve sua discussão requerida, pelo Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, conforme exposto nos Artigos 152, §3º; 153, IX, do Regimento Interno; (à “Ordem do Dia” da próxima sessão). A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios n.ºs. 672, 673, 674, 675, 676, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 692, 693, 694, 695, datados de 10 e 12 de novembro de 2015, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, respondendo a respeito do Requerimento n.º 432/2015; Indicação n.º 434/2015; Indicações n.ºs 437, 438, 439/2015; Indicação n.º 175/2015; Indicação n.º 435/2015; Indicação n.º 056/2015; Indicação n.º 363/2015; Indicação n.º 429/2015; Indicação n.º 446/2015; Indicações de n.ºs 416 a 422/2015; Indicação n.º 445/2015; Indicação n.º 344/2015; Indicação n.º 426/2015; Indicações n.ºs 431 e 432/2015; Indicação n.º 398/2015; Indicação n.º 441/2015; Indicação n.º 409/2015; Requerimento n.º 380/2015; Indicação n.º 370/2015; Indicação n.º 433/2015; Requerimento n.º 429/2015; Requerimento n.º 062/2015, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores). Ofício n.º 0664/2015, datados de 03 de novembro de 2015, subscrito pelo Sr. Luiz Eduardo D. Corrêa, Gerente Institucional Interior do Grupo Telefônica – Vivo no Brasil, “informando a respeito do Ofício n.º 269/2015, desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves). Não havendo mais proposições, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. A primeira inscrita foi a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Meus cumprimentos, especialmente, aos representantes das entidades, que vieram



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

expor, com coragem, a situação que estão passando, em virtude da falta de repasse financeiro e do descaso da prefeitura, para com as entidades. Peço desculpas, por não ter comparecido na manifestação deste final de semana, relativa às entidades, não passava bem de saúde, mas meu noivo foi e me representou, esteve lá, em meu nome. Todavia, estamos por dentro da situação. Como presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social – CESAS, digo que a comissão já estava fazendo o levantamento desta situação e visitando entidades. Visitamos o Centro de Educação e Integração Social – CEBE e Associação dos Portadores de Deficiência – APD de Mogi Mirim. Averiguamos, que os repasses não estavam sendo feitos. Tenho certeza, que os problemas sociais de Mogi Mirim seriam bem maiores, se não fosse o apoio das entidades e seus representantes, que fazem um papel, que deveria ser feito pelo Poder Público. Fazem de boa vontade. Sabemos de seu trabalho. Não podemos deixar que o prefeito haja desta forma. Eu me adiantei e fiz moção, para a próxima sessão. Um repúdio ao prefeito, para que ele leve um puxão de orelhas, como disse a representante das entidades, aqui, porque ele não está cumprindo o que disse, em campanha eleitoral. Trago, comigo, jornais, que datam da época, em que o prefeito foi eleito. Observem o que ele fala. Fala que a prioridade é a saúde. Já vemos que não. Inclusive, na semana passada, discutimos o problema do lixo hospitalar, que não é pago e se acumula. Saúde, não. Fala do diálogo, que tudo faria com diálogo, na legalidade e honestidade. O prefeito disse que almejava provar, nos quatro anos de seu mandato, que era possível adotar uma nova maneira de fazer política. Foi o prefeito quem disse, não fui eu. Ele assumiu o compromisso com a população. No jornal A Comarca, edição de 13 de outubro de 2012, quando tinha acabado de ser eleito. Noutro jornal, O Impacto, edição de 13 de outubro de 2012, diz o prefeito, não esperar dificuldades, no trato com a Câmara. Ele fala do diálogo com a Câmara, que os vereadores todos eram pessoas de fácil diálogo. Realmente somos, mas quando a Vereadora Maria Helena o convocou para estar aqui,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para nos dar explicações, ele é quem não veio. Não teve coragem de vir e responder sobre os problemas do SAAE. Ressaltou naqueles jornais, que entre seus adversários políticos, estavam os Vereadores Cinoê e Luís Roberto, verdadeiros ‘amigos e irmãos’ do Prefeito. Vereador Cinoê. O senhor é amigo e irmão do prefeito? Creio que não, e também o Vereador Luís Roberto. Precisamos ouvir as entidades e os cidadãos estão de parabéns, porque saíram nas ruas, para cobrar o direito das entidades”, salientou. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia Cristina Cortez Nogueira. “Lembro a todos, que, desde o início desta administração, o grupo que foi chamado de oposição, desde o princípio, foi um grupo que sempre procurou acompanhar e anotar, nunca pensando, como falam, que quanto pior a situação, melhor, para se tirar proveito. Em nenhum momento temos responsabilidade, moramos em Mogi Mirim, queremos o melhor para Mogi Mirim. Mas vimos, desde o princípio, gastos infundados. Sabíamos e alertamos, para o que viria pela frente. Gastou-se e muito. Pedimos, que houvesse um gasto menor, com poucas secretarias. Isto, até hoje, não houve, nem a autonomia completa, dentro de uma secretaria. Os recursos, cada vez mais escassos. A população xinga os funcionários públicos, que, simplesmente, estão de mãos atadas. Não há recursos. Na saúde, a população que não tem Unimed, ou outro convênio médico, só tem a Santa Casa e as UBSs para atendimento. Como está a situação? Péssima. Não há médicos. Agora mesmo, criou-se um aumento fabuloso com o Consórcio Intermunicipal de Saúde. E agora? Diminuíram as horas e não pagam. Como estamos nos preparando para a Dengue, no verão? É algo de se arrepiar. Se a Santa Casa e a UANA resolverem romper com a administração, pergunto: onde o povo será atendido? Qual a condição de segurança? Já se ameaçou romper. O que mais falar? Em todos os setores vemos problemas. A prefeitura iniciou o ano, com uma dívida de seis milhões de reais, com seus fornecedores. Avisamos para colocarem o ‘pé no freio’, mas não. E, agora, não colocaram o ‘pé no freio’ e vemos a falta de recursos, que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

coloca em risco a vida e a segurança de todos, na cidade. Chegaram ao ponto de fechar a prefeitura e os serviços à população! Dizem, que se deve economizar, mas basta acompanhar as licitações, para ver o contrário! Como a Plurirental Locações, no processo, sendo questionada. A última licitação foi de sete milhões de reais. Quanto a prefeitura deve às entidades? E à Santa Casa? Na área da assistência social, não há recursos. No entanto, no final do ano, quando parte da prefeitura vai fechar, os CRASs e CREA vão ficar abertos. Eu não entendia o porquê, mas agora percebi. Entendi que, já prevendo o caos do fim de ano, nós, técnicos e administrativos da assistência social, teremos que ‘apagar o fogo’. Como? Não sei, porque recursos não existem. A cesta básica foi retirada, pela lei, mas a lei mandou também pagar a algumas entidades, para fazer este trabalho. Aqui, não se paga e não temos para onde mandar quem está com fome. Não temos mais verbas. Chuva forte e casas destruídas. Não temos dinheiro, em caixa, para socorrer a população. Mais do que nunca temos que nos reunir e fazer uma moção de repúdio, porque não sei onde tudo isso vai parar e como fará a próxima administração, nesta cidade. É triste”, discursou. O próximo orador foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. “Tivemos, hoje, mais um exemplo de como está a administração da prefeitura, diante da fala da senhora Valdívia, que nos colocou, como está a situação para as entidades. Sabemos da situação e não é de agora. Agora, a coisa desandou de vez. Recebemos reclamações sobre isso, desde anos anteriores, e, agora, a desculpa é a crise. Creio que a Valdívia distribuiu o resumo das receitas a todos. Observaram que, considerando toda a inflação, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, o município perdeu 1,35% na arrecadação? Sempre falo, aqui, que o município de Mogi Mirim é uma cidade, com fôlego, na arrecadação financeira. Com noventa mil habitantes, tem arrecadação igual a uma cidade de cento e cinquenta mil habitantes, cidades como as da região metropolitana da Grande São Paulo, por exemplo. Nós não perdemos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

arrecadação. Mas eu sempre falei, desde o início desta legislatura, e friso, que, até o final do mandato, saberíamos quem era, de fato, a pessoa do prefeito, quem era ‘o cara’. Ele não aparece em reunião; se vai, fica por muito breve tempo; não é encontrado para conversas. Na rua, é o Gasparzinho, como diz o Vereador Cinoê. Ninguém vê, ninguém sabe onde ele está e as entidades estão nesta situação difícil. Como diz aquele quadro do programa no Fantástico: cadê o dinheiro que estava aqui? Não vemos obras, nem limpeza na cidade, nem reformas e não há dinheiro. Dizem da reforma do Zoológico, mas a verba foi conquistada no governo passado. O desassoreamento do lago do Complexo Lavapés - Zerão, foi verba conseguida pelo PPS, oriunda do Governo Estadual. As entidades não têm dinheiro. E a sugestão que foi dada às entidades, foi a de que devolvessem as entidades, que a administração delas tomaria conta. Não toma conta nem do quintal da própria casa! Como a administração vai cuidar de uma Alma Mater, de um Lar Aninha, de uma Casa Emanuel, do CCI, do CEBE, do Lar Maria de Nazareth? A administração não tem tal capacidade. Se não são a sociedade e a população, não teríamos nada! E, agora, o prefeito quer tirar o pouco, que o município repassa às entidades! Diz que não tem como repassar e justifica na crise. Mas, para pagar alugueis absurdos, o prefeito tem dinheiro. Bobo ninguém é. Dá para entende tudo isso. O prefeito não vai mudar de opinião, só sob processo judicial. Se fala com alguém, fala com a base. Com a oposição, nunca lhe é possível falar. Complicado. A Secretária de Finanças, Elisanita de Moraes, diz que não vai pagar o repasse às entidades, porque tem coisas mais importantes. Pois bem. Quais? Responda-nos. A prefeitura não paga ninguém, nem empresários, nem o transporte, nem as entidades, sequer a Santa Casa e o SAAE”, exprimiu. Neste ponto, como os munícipes, presentes nas galerias da Câmara, manifestassem-se em alto som, o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, solicitou silêncio no recinto. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni. “Quero



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prestar minha solidariedade às entidades. Realmente, acho que seja caso grave, na cidade, e comungo do protesto. Devemos sim, nos unir, para exigir esclarecimentos do governo municipal. Na quarta-feira, devemos exigir a presença da Secretária de Finanças e o Prefeito, porque é importante. Também cheguei ao índice de 1,35% nas contas que fiz, assim como o Vereador Osvaldo. Portanto, não sei se somente 1,35% de queda de arrecadação faz tanto estrago assim, no município. As entidades chegaram a um ponto absurdo de se chegar. Vemos, que pequenos prestadores de serviços não são pagos, eles não recebem. Não acredito que o município tenha condições de assumir qualquer serviço, os quais nos prestam as entidades, como disse a senhora Valdívia. Ficarão aquém dos anseios da população. Vemos serviços menos importantes, prestados de modo ruim. Reforço, que é importante a presença de Elisanita e do prefeito aqui, para esclarecimentos, sobre o caos instalado nas entidades. Devemos lhes perguntar qual a decisão, que o governo está tomando, para deixar a saúde e a educação, em segundo plano. Se existe algo mais importante que a saúde e a educação, Elisanita deve nos explicar o porquê. Discordo dos alugueis, assim como o Vereador Osvaldo. É momento de levantarmos, novamente, esta questão. É minha luta antiga. Devemos levantar a questão, perguntar se a prefeitura sabia dos problemas financeiros e, se sabia, como assina contratos de locações tão altos? Nem questiono se o imóvel vale o que pedem de seu aluguel, mas questiono o valor que estamos pagando, num momento tão importante desses, pelo qual passa não só o município, mas também o país. Penso que seja o momento de responsabilidade, de cobrar isto do Poder Executivo. Podem contar comigo nesta luta”, dissertou. Também fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. “Uma das noites mais tristes desta Câmara. Ontem, estive no protesto realizado, juntamente com o Vereador Jorge Setoguchi. Descemos pelas ruas, num grupo de oitenta pessoas. Éramos pessoas conscientes, unidas no propósito de tentar salvar, alertar, despertar o ‘projeto de prefeito’, que, a cada dia que passa, surpreende-nos, com



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

atitudes totalmente irresponsáveis. Certamente, cada um de nós já colaborou, com alguma entidade assistencial. Quando o prefeito era vereador, ele falava muito no social. E daí? Será que é preciso chegar ao ponto de levar as crianças? Os pais devem estar juntos, neste movimento. O movimento estará nas ruas no sábado, na inauguração da Rua XV de Novembro. Olhem só. O que temos para comemorar? Natal? Ora. As pessoas ficam mais sensíveis e solidárias. Este ‘projeto de prefeito’ tem um sentimento inverso. O sentimento dele é maquiavélico. Quem sou eu para julgar, mas assim se revelam suas ações e atitudes, nos quatro cantos da cidade. Ele tem reprovação. Todos os que trabalham nas entidades merecem nosso respeito. O repasse é um direito das entidades. É fácil ir numa festa junina, no Lar Maria de Nazareth - Juca Andrade, por exemplo, mas as pessoas que trabalham lá, são abençoadas, por Deus, assim como são todas as pessoas que auxiliam outras entidades. Será que, se o prefeito fosse lá, no Lar Maria de Nazareth, e constatasse o trabalho e a condição daquelas crianças, será que ele mudaria de ideia? O caos está instalado em Mogi Mirim. Levaremos vinte anos para nos recuperarmos. Ele – o prefeito – insiste em alugar um novo prédio, ao custo de vinte e três mil reais/mês. Para isto, ele tem dinheiro. Mas não cumpre sua obrigação junto às entidades. Não estarei na cidade na quarta-feira, mas meu assessor me representará no protesto agendado. Deus abençoe o trabalho das entidades. Pensamos ter noção, mas desconhecemos as dificuldades pelas quais passam. Mesmo recebendo a verba, o trabalho de vocês merece muito mais respeito”, explanou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Posso dizer, que, é com muita tristeza, que recebo esta notícia. Passei o dia todo tentando falar e não consegui. Sei do trabalho das entidades e sou colaborador das pizzas, dos bingos e contribuo com algumas entidades, mensalmente. Sei do trabalho de valor de cada uma. Estou triste, em saber da situação do repasse. Eu respeito cada um de vocês, munícipes, que se manifestam, na plateia, e sei que não são membros das entidades, porque elas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

não se manifestariam desta forma, pois são pessoas de valores. Gostariam que me respeitassem. Aqui, não faço parte do ‘clube dos 9’, de situação, nem de nada. Minha fala sempre foi séria e responsável”, disse. Neste ponto, como as manifestações dos populares, nas galerias, intensificassem-se, prejudicando o discurso do vereador, no uso da palavra, o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, solicitou, mais uma vez, a um munícipe, que usava uma camisa vermelha, que permanecesse sem se manifestar, ou, caso contrário, seria retirado do prédio da Edilidade. Ato contínuo, o Vereador Marcos B. A. de Godoy, prosseguiu, com seu discurso: “Às vezes, nesta Casa, vemos manifestos, que são de baderna e não tão sérios. Creio, que a responsabilidade pelas entidades não seja apenas do Poder Público, mas de todos nós, vereadores. Nós temos sim, que nos unirmos e acompanharmos a situação. Na quarta-feira, eu pretendo estar presente, na reunião. Nunca estou presente nas reuniões, porque, muitas vezes, elas acabam em nada e nada acontece. Mas o movimento, aqui presente, é um movimento sério e tenho certeza, de que vai sensibilizar o Executivo e seus secretários. Se a Secretária de Promoção Social, Beatriz Gualda, disse que a administração está pronta a assumir as entidades, eu tenho certeza, de que não está. Ninguém da prefeitura teria, hoje, poder, responsabilidade e competência para assumir uma entidade, tal como a Alma Mater, ou o Lar Aninha, por exemplo. Não tenho muito mais o que falar, porque fazer a crítica, apenas pela crítica, não vale a pena. A gente tem que encontrar solução para o problema e dar uma sequência. Não vou falar mal de ninguém, nem de aluguéis, nem de coisas, que nada têm a ver com a atual situação das entidades. Espero, que as secretárias e o prefeito estejam me assistindo e me ouvindo, e que eles tomem providências e, ainda nesta semana, regularizem a situação, porque ela é séria. As entidades são um braço forte, que ajuda a cidade a enfrentar os seus problemas sociais. Eu peço à Secretária Elisanita e ao prefeito, que se desdobrem, deixem de pagar contratos, e paguem as entidades, que merecem ter o seu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dinheiro”, narrou. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves. “Hoje, às 10h30, estivemos uma reunião, dentro da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim. Éramos o Prefeito, a Secretária Elisanita, o Vereador Luiz Guarnieri, o Secretário Jonas Araújo, a Mesa Provedora do hospital e este vereador. Semana passada, a prefeitura fez uma proposta à Santa Casa e, hoje, fomos escutar a resposta, que foi negativa. Não houve acerto, para acerto do repasse. Foi feita uma nova proposta, a ser analisada pela Santa Casa. Foi agendada nova reunião para a próxima quarta-feira, para averiguarmos se a Santa Casa vai aceitar a proposta, feita pela administração, porque a prefeitura, além de não repassar às entidades, deve também à Santa Casa de Mogi Mirim. Na reunião, eu citei o nome do Lar São Francisco, como um exemplo, mesmo porque, o Vereador Luiz estava presente e ele é o presidente do Lar São Francisco. Citei também, a Alma Mater, que é a entidade que melhor conheço. As pessoas das entidades sabem das minhas atividades junto às entidades, como, por exemplo, o jantar de massas, em prol do Lar São Francisco, do qual o Vereador Luiz falará melhor, depois. Falei, na reunião, que além da Santa Casa, os secretários e o prefeito tinham que olhar e dar um jeito, não sei qual, para colocar, em dia, o repasse às entidades. A Vereadora Dayane falou uma verdade, que poucos disseram, ou seja, que é obrigação dos Governos Federal, Estadual e Municipal cuidar de idosos e crianças. As entidades existem, porque são compostas de pessoas batalhadoras. Pessoas, como, por exemplo, a senhora Terezinha Martinato. Ela não está preocupada com ela, ela não precisa, é aposentada. Mas ela se preocupa com as crianças da Alma Mater, entidade a qual preside. O Vereador Cinoê falou do Lar Maria de Nazareth. Estive num leilão, no lar. Neste leilão, encontrei-me com uma senhora, que reclamava com seu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

marido, porque ele tinha pagado mil reais num queijo parmesão de quatro quilos. Ele não contestou, apenas pegou a esposa, pela mão, e a levou para conhecer o interior do lar. Ela saiu de lá, chorando e disse que ele deveria ter pago dois mil reais pelo queijo. Portanto, quem conhece o trabalho das entidades, sabe que as entidades precisam do repasse do dinheiro, que é deles. Não é esmola. Hoje também, foi lido o projeto da recuperação fiscal - REFIS. Foi pedido por mim e por outros. REFIS de Natal. Dará oportunidade para que os que devem, possam quitar suas dívidas. É mais um expediente, para fazer ingressar um dinheiro, nos cofres públicos. Espero, que as comissões deem parecer, em breve tempo, para que, já no início do mês de dezembro, com a entrada do décimo-terceiro salário, as pessoas acertem seus débitos, para que mais um dinheiro entre, na prefeitura”, expôs. Novamente na direção dos trabalhos, o Presidente da Casa, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto. “Foram faladas muitas coisas e pretendo não ser repetitivo. Apenas, deixar claro às entidades, principalmente às que conheço de perto, que, independentemente, de posição política, como vereador e cidadão, analiso cada situação com equidade, justiça e coerência. Como disse o Presidente João, eu também sou colaborador das entidades, desde muito antes de ser vereador. Tenho carinho pelas entidades e colaboro, de forma mensal, com algumas, e, esporadicamente, com outras. Dentro do meu limite, sempre estou disposto a colaborar. Se não fosse a população e muitas pessoas, que trabalham nas entidades, certamente, elas já teriam cessado atividades. Vejo esta situação, como algo desonroso para o município, o fato de deixar de efetuar o repasse à entidades. Sei que muitos, dos que trabalham nas entidades, fazem-no por amor ao próximo, sem remuneração. Nós, que conhecemos as dificuldades das pessoas, que têm seus filhos, no Lar Maria de Nazareth, e também o carinho, com que são tratados, não conseguimos aceitar qualquer justificativa para a falta do repasse, como, por exemplo, em virtude da crise. Entendo, que é a mesma coisa,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que deixar uma casa sem o que comer. Despesa vazia. Portanto, devemos sim, fazer economia, mas nunca na saúde e nunca para as entidades. Tenho recebido reclamações também, na área da promoção social, porque a assistência está deixando de atender muitas coisas, em situações corriqueiras, situações que sempre tinham sido atendidas, anteriormente. Também, os medicamentos de alto custo não estão mais sendo direcionados às pessoas. Devemos fazer um trabalho, neste sentido, para cobrar os responsáveis, para que o serviço retorne. Estamos em contato direto com doentes e sabemos que não podem ficar sem os medicamentos, não têm dinheiro, para comprá-los e o governo não está cedendo os medicamentos. Estarei aqui, na quarta-feira, na reunião, para buscar solução imediata para a situação. Contem comigo. Não é possível deixar o município deste jeito, cada vez, com mais necessidades, e pessoas pedindo para serem atendidas, ao invés de crescer. Estamos regredindo e isto, é inaceitável”, discursou. O próximo orador foi o Vereador Ary Augusto Reis de Macedo. “Venho me manifestar não só a favor das entidades. Todos já colocaram a importância das entidades para Mogi Mirim, mas quero, principalmente, ressaltar o problema pelo qual a Santa Casa está passando. É a mesma falta de repasse financeiro. A Santa Casa está sem receber verbas federais e recursos próprios do município, através do convênio. A Santa Casa está sem receita. Saibam que 90% da receita da Santa Casa são originários do SUS; 09% de receita advêm de convênios e 01%, de particulares. A Santa Casa depende do SUS para sobreviver. Deste dinheiro do SUS, 70% advêm do governo federal e 30% são oriundos da prefeitura. Com a falta de repasse, a Santa Casa não consegue pagar fornecedores, ou remunerar plantões médicos, e, com a redução do horário da rede básica, está ocorrendo um aumento da procura de consultas, na UANA. Imaginem. O aumento da procura, o aumento do trabalho e os médicos sem receber! Onde vamos chegar assim? Peço ao presidente, para a reunião da próxima quarta-feira, que convoque também membros da Santa Casa, além do Secretário de Saúde, Jonas Araújo, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

discutirmos o futuro da Santa Casa, além das entidades, porque, se nada fizermos, do modo como está a Santa Casa, ela vai fechar, fatalmente”, explicou. O próximo orado foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Na semana passada, eu disse que nossos prefeito estava perdido e sem rumo e cada vez mais tenho certeza absoluta disso. Como comentou o presidente, a convite da direção da Santa Casa, eu estive presente na reunião com o corpo clínico, prefeito, Secretária Elisanita, Secretário Jonas e o prefeito. Ocasão, quando se questionou o constante atraso dos repasses de verbas, para o hospital. A prefeitura tinha feito uma proposta à Santa Casa, que foi recusada. Os serviços, prestados no mês de setembro, poderiam ser pagos nos meses de outubro, novembro e até dezembro. Já os serviços de outubro e novembro, alguma parcela seria paga apenas no início do ano vindouro. Esta proposta foi recusada, pela Santa Casa, e foi solicitado, então, um novo estudo, o qual a Secretária Elisanita deve apresentar até o final desta semana. Questionei a Secretária Elisanita a respeito de alguns dados, como comentou o Vereador Osvaldo. Ela efetuou apresentação aqui, na Câmara, há algum tempo, sobre a evolução da receita, no segundo quadrimestre do ano. A evolução das receitas foi de 6,69%. Agora, observamos o resumo de despesas e repasses, de janeiro a agosto, deste ano, comparada a 2014, e vemos que a queda das receitas, que alguns dizem imensa, foi próxima a zero, uma queda de 1,36%. Portanto, não se justifica tanta lambança na área financeira. O problema não é só a Santa Casa, mas todas as entidades assistenciais. Para a APAE, a prefeitura deve três meses de repasse, valor de duzentos e sessenta e um mil reais. Para a Alma Mater, a prefeitura deve três meses de repasse, cerca de trezentos mil reais, pois são noventa mil reais mensais. Não dá para aceitar este tipo de coisa e sequer a resposta, que a senhora Valdívnia recebeu da Secretária Beatriz Gualda. ‘Se não estiver satisfeita, faça a carta de demissão’! Não dá para aceitar esta atitude, principalmente, vinda de uma secretária de promoção social. Ela deveria honrar seu cargo de gestora da assistência social e repassar o dinheiro. As



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

entidades prestam um serviço, onde o Estado não chega. Isto é falta de respeito. Pretende fazer com as entidades o que foi feito com o transporte rural de alunos? Não dá para aceitar este tipo de conduta. Hoje, no almoço, conversei com a senhora Valdívia e a reclamação foi uma só: atraso de repasse de verbas. Na reunião, na Santa Casa, o Corpo Clínico disse à secretária e ao prefeito, que a Santa Casa corre o risco de entrar em colapso, haja vista que o serviço, nos postinhos, diminuiu. Todos os serviços estão concentrados na Santa Casa. E cada vez mais, diminuem os valores de repasse. Vejam bem, só para lembrar, que, quando foi firmado o acordo, no início de 2013, falou-se muito, que seria uma nova mentalidade. No primeiro mês, a prefeitura já pagou um valor menor do que o combinado. Infelizmente, o prefeito não mantém sua palavra, não cumpre o que promete. Eu sugeri à Secretária Elisanita que fizesse um planejamento, em 2013. Mas não o fez. Sugeri que fizesse um planejamento honesto e honrado e o que cumprisse, pagando, em dia. Nunca esta pouca vergonha. Toda a entidade vive da sociedade. O Lar São Francisco não foge à regra. Convido, portanto, para que nos ajudem, comprando um jantar de massas, para este sábado, em prol do Lar São Francisco de Assis”, dissertou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi. “O Vereador Cinoê e eu estivemos no protesto, que aconteceu a respeito da falta de repasse de verbas às entidades assistências. Realmente, uma vergonha. Como a Secretária Elisanita diz que as entidades não são prioridade? A população inteira trabalhando em prol das entidades e o prefeito, que representa o povo, diz que não é prioridade! O transporte escolar sem receber, desde julho; entidades sem receber, desde setembro, mas a arrecadação só caiu 1,35%. Prefeito, onde está o nosso dinheiro?”, declarou. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “O pessoal comentou, fez indagação sobre a Secretária Elisanita, que teria dito, que as entidades não são prioridade, no governo. Entidades e saúde são prioridade sempre, desde as que ajudam crianças, até as que auxiliam idosos. Eu sempre me posicionei,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nesta Câmara Municipal, tentando não ser oposição e muito menos situação. Nesta Câmara, temos dezesseis vereadores, que votam, e o presidente, que decide. Creem, realmente, que uma bancada só vai resolver a situação? Não vai. São apenas oito vereadores. Muitos projetos, que nos chegam, de interesse do Executivo, e a oposição vota contra, muitas vezes, esses passam pela bancada da situação. Qual e a forma de não passar? Um único vereador de lá, votar aqui. Um só. Eu ouvi vaias de alguns munícipes, aqui, presentes. Vaias aos vereadores, que, supostamente, estão na situação. Quando a ideia é procurar recursos, discutir, com a Secretária de Finanças, ou com o próprio prefeito, qual é a forma de pressionar? É com o maior número de apoiadores. Não apenas oito vereadores. Palmas, ou vaias não vão resolver. O que vai resolver é a representação do Poder Legislativo. Foi ideal, por parte do presidente, agendar uma reunião para quarta-feira. O maior número de vereadores poderá participar e, desta forma, pressionar. Os Poderes Legislativo e Executivo têm funções distintas. Mas o Executivo só trabalha, se tiver a autorização do Poder Legislativo. Nós não executamos, não liberamos o financeiro, mas podemos barrar muitos projetos de interesse do Executivo, pois temos autonomia. É uma das formas de criar a união. Muitos dos presentes aqui, são, realmente, munícipes, representantes das entidades, mas vejo políticos, ex-candidatos e pré-candidatos. Foi apresentada uma moção de repúdio contra o Governo Geraldo Alckmin, haja vista a falta de remédios, na rede básica de saúde de Mogi Mirim. Na leitura, mencionei que todos os vereadores tinham assinado a moção de repúdio, mas me enganei. Dois vereadores da bancada do PSDB, mesmo partido que o do Governador do Estado, não assinaram. Volto a afirmar, que uma das formas de resolvermos os problemas das entidades e o da Santa Casa é a união. Alguns não têm entendimento. Ao invés de vaiar e ofender, converse com o vereador da bancada, peça para ele exigir os direitos de vocês, pois ele vai ajudar, estejam certos disso. Independentemente, de oposição, ou situação. Mas, lembro, que é a união que faz a força”, comentou. Na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sequência, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Nesta administração, nunca houve ética, ou transparência. Nunca. Desde o início, quando começaram a mexer com funcionários concursados, funcionários da melhor estirpe, e os colocaram em outros lugares, já se via o rumo da administração – eles não queriam pessoas fundamentais, em secretarias. Os oito vereadores nunca foram oposição. Eu sei o que é oposição. Nós alertamos, todos os dias, a respeito das consultorias desnecessárias. Quatrocentos mil reais para uma consultoria de saúde, quando uma enfermeira de carreira saberia o que um postinho precisa. Uma secretária de educação não precisa de consultoria, pois tem excelentes funcionários. A Rua XV de Novembro está pronta, mas fui informada, que há material para mais quatro trechos de calçadas. Iluminação, estamos pagando quatro vezes mais que a cidade de Mogi Guaçu. O município tem uma contrapartida ao SAAE, de novecentos mil reais mês, e deve nove milhões ao SAAE. Não paga. Não há rigor nas licitações. Não há o mínimo rigor. Eu propus uma repactuação do contrato com a Serviços de Saneamento de Mogi Mirim – SESAMM. Conversei com Carlos Ferreira, que dirige a SESAMM. Claro, que ninguém quer um novo contrato, mas precisamos discutir o assunto. Este novo Refis – que se chama PERF, é um programa de estímulo de recuperação fiscal. É numa única parcela. Dinheiro caindo, na hora. Autorizamos a utilização do dinheiro dos recursos judiciais. São quatorze milhões e poderão ser usados, em precatórios. Novecentos mil/mês o município deposita de precatórios. Portanto, o mínimo, que posso dizer é propor aos dezesseis, não aos oito, que façamos uma auditoria ferrenha nestas contas do Executivo. Quatro contabilistas financistas, que possam nos orientar. Uma força tarefa, para levantarmos o que está acontecendo com a administração, setor financeiro, e o rombo que está ocorrendo. Nunca vi situação igual. Vi situação parecida com a Santa Casa e com o transporte rural. Retiraram sessenta cirurgias. Significa que retiraram os prontuários de sessenta pacientes, que aguardavam, e os colocaram na gaveta. Qual o critério,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para decidir, se um paciente vai para a cirurgia e outro não? Temos que auditar estas contas, trazendo a sociedade civil para nos ajudar”, salientou. Também fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. “Quero me dirigir às entidades e seus representantes, que estão aqui, civilizadamente, buscando o que é de direito deles. Nesta Casa, não tem esta de oposição, ou situação. Não podemos cruzar os braços, quando vemos a situação pela qual passam as entidades. A nossa Santa Casa é uma das mais organizadas da região. Não podemos perder este privilégio, este dom. As entidades estão todas de parabéns. Em outras cidades, as entidades não chegam aos pés das que temos, em Mogi Mirim. Temos que intimar o prefeito a ter responsabilidade e rever a situação dessas entidades e da cidade, em geral. Ninguém se promove sobre a desgraça do outro. Não continue esta situação com as entidades. Vamos peitá-lo. Somos dezessete. E temos que cessar esta divisão, que separa oposição e situação, pois todos fomos eleitos para a cidade. Temos que respeitar as entidades. Não estou falando com a meia dúzia dos derrotados, que está na plateia. Se o prefeito não resolver os problemas das entidades e o da cidade, em geral, ele terá problemas. É obrigação defender a população, principalmente, as entidades, que fazem o papel, que a prefeitura não faz, na sociedade. As entidades, as igrejas evangélica e católica. Fazem um trabalho de fazer inveja à região. Parabéns às entidades. Podem acreditar nos dezessete vereadores. Ninguém será covarde e nem irá cruzar os braços, vamos todos ajudar, vamos ter a consciência e dar um basta no prefeito, se ele não rever sua posição com as entidades. Eu jamais cruzarei os braços”, declarou. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares. “Eu me dirijo às entidades, representadas aqui. A Vereadora Dayane e eu estávamos preocupados já há dez dias. Estivemos no CEBE e na APD, conversando. Antes, que pudéssemos nos reunir com as entidades, a senhora Valdívnia me ligou, pediu-me uma reunião e me passou o teor da reunião com a prefeitura. Vimos, então, o tamanho do buraco que a prefeitura colocou as entidades de Mogi Mirim. Assisti uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

palestra e gravei o seguinte: os Governos Federal, Estadual e Municipal têm a obrigação de zelar pelas crianças e pelos idosos, mas, se o governo não tivesse entidades e ONGs, seria impossível. O Governo Federal tem que louvar a Deus pela Pastoral da Criança, entidades assistenciais e ONGs. Por que não fazer o repasse? Mogi Mirim não tem obras, tem receita. A UBS da Vila Dias, teoricamente, em reforma, está parada. Andam dizendo, que não a vão terminar. Vão para o PAI. Nem sei como farão a prestação de contas. A UBS do Vergel está com as obras paradas. Asfalto, no Parque das Laranjeiras, começou a obra e parou. Nem grade de proteção colocaram nos bueiros. A creche, ao lado do NIAS, era para terem terminado em setembro de 2013. O Conselho Tutelar sem veículos, para diligências. Então, não se gasta dinheiro, nem com veículos, nem com combustível. SAMU sem receber. Os funcionários do SAMU são heróis, em Mogi Mirim. Eles não têm carro reserva. O veículo que está lá, não tem freio. Isto é Mogi Mirim. Se não se está investindo, penso que esteja sobrando dinheiro. Não temos obras. Esqueci do aluguel do novo paço e nem vou falar do aluguel do Palácio de Cristal. Desperdiçam dinheiro, que é da população. E a contribuição de iluminação pública – CIP? Mogi Mirim gastando cinco milhões e oitocentos mil reais, para treze mil lâmpadas. Mogi Guaçu gasta oitocentos mil reais, para a manutenção de vinte mil lâmpadas. A Vereadora Maria Helena disse da auditoria. Esta e minha fala também, ou seja, auditoria nos gastos do Poder Executivo. Acho que a Secretária de Finanças não é da confiança sequer do prefeito, quanto mais da nossa, vereadores. As entidades têm meu apoio. Precisamos saber onde está o dinheiro do erário, se não está investido em obras?”, discursou. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h39, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: "ex-vi" do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 128, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, "dispondo sobre a celebração de convênio com o Serviço Social da Indústria (SESI/SP), para o fim que especifica". Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Para discutir a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. "O SESI está fazendo uma parceria brilhante com o município. São cem alunos, que irão à Mogi Guaçu, para praticarem esportes. Vejo com bons olhos. Estamos muito preocupados, porque, ao mesmo tempo, o SESI detém autorização legislativa para uso do seu sistema de ensino, os livros didáticos. O mínimo que entendemos é aceitar e valorizar o convênio com o esporte, mas pedir a autorização legislativa também. Livros e esportes. São três milhões e meio de reais gastos com os livros. São cem alunos no esporte. Muito bom e saudável, mas o mínimo é pedir a autorização legislativa. Não sabemos, depois do parecer da Comissão de Educação, como ficará a parceria com os livros didáticos. Que passe pela Casa, pois queremos fiscalizar, se serão cem alunos para Mogi Guaçu", discutiu. Também verbalizou a Vereadora Dayane Amaro Costa. "Venho aqui, representando a Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social - CESAS. Relativo a este projeto, o Vereador Luís Roberto e eu pesquisamos. Para saber se já funcionava e como. Vimos que é projeto renomado, voltado ao esporte. Não poderíamos dar parecer desfavorável, para este projeto, de tamanha importância. Mas, como lembrou a Vereadora Maria Helena, cada coisa é uma coisa. Este é o projeto Atleta do Futuro. Quanto ao projeto dos sistema SESI de ensino, os livros didáticos, recebemos o projeto rasurado, numa folha de rascunho. Somos uma comissão séria e não aceitamos que as coisas encaminhem desta forma. Só exaremos parecer em processos sérios, portanto, devolvemos à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

secretaria, para que fosse devolvido ao gabinete do prefeito, para reparos. Quanto ao SESI Atleta do Futuro, este é um projeto muito bom. Espero que não sejam vinculados, um no outro”, explicou; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº 128/2015, do Prefeito de Mogi Mirim, e emendas); (à sanção do Prefeito de Mogi mirim); 2. Projeto de Lei nº 132, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre o repasse de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mogi Mirim (APAE) e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. A primeira a comentar a matéria foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “A CFO emitiu parecer favorável para este projeto. O que nos chamou atenção foi o chamamento público. Quero cumprimentar a senhora Cidinha, do Conselho Municipal de Assistência Social, que nos chamou atenção. Pensei, primeiramente, que fosse direcionado à APAE, exclusivamente, mas, não, pois qualquer entidade, pelo chamamento, poderia participar; as que se sentissem dispostas a pegarem o programa, entrar na disputa e a APAE ganhou. Pela lisura, a disputa era para todos, para objetivos do convênio”, aclarou. Usou a palavra também a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Também a CESAS teve a mesma dúvida. Mas, estudando, percebemos que era algo importantíssimo à comunidade, muito bem fundamentado, nas leis da assistência social. Parabéns à Cidinha, Presidente do Conselho de Assistência Social, que veio à Câmara, para nos explicar a importância desse projeto, para o qual demos parecer favorável”, disse; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº 132/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi mirim); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 3. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 90,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de 2015, de autoria do Vereador Benedito José do Couto, “dispondo sobre a utilização e entrega de créditos, em precatórios, para compra de imóveis públicos”. (no caso de rejeição do parecer desfavorável, pelo Plenário, o Projeto de Lei será apreciado em Primeiro Turno, “ex-vi” do disposto no artigo 56 do Regimento Interno). Para defender o projeto, fez uso da palavra o autor, Vereador Benedito José do Couto. “Este projeto não é uma invenção de minha parte, mas uma pesquisa, que fiz. No Rio de Janeiro, já foi aprovado, e também foi de iniciativa de vereador. Estou copiando a boa ideia para Mogi Mirim. Ele tem amparo na Constituição Federal. O prefeito já fez dois leilões de terrenos, que estão inservíveis, há anos, no município, e não conseguiu vender, precisou desapropriar área, para habitações populares. Ele gastou com terrenos, desembolsou dinheiro do município, porque os terrenos não se adaptavam à modalidade do projeto dos prédios, que foram construídos. Ele teve que gastar, novamente, com outro terreno. O município, atualmente, está pagando, mensalmente, seiscentos mil reais, em precatórios. O prefeito fez dois leilões e não apareceu nenhum comprador para os terrenos. Este projeto traz uma ferramenta nova. Não invalida a primeira. Alguém, na cidade, que esteja na lista dos precatórios, para receber, por exemplo, cem mil reais/mês. O prefeito faz, novamente, um leilão, podem aparecer compradores, que não recebam precatórios, e compradores, que recebam precatórios do município. Suponhamos que este, que recebe precatórios do município, ganhe o leilão. Ele vai poder fazer a somatória do valor que o município lhe deve, vai fazer uma permuta, com todos os documentos cabíveis e legais, e o município vai deixar de pagar, no exemplo, os cem mil reais/mês. Quando deixar de pagar, os cem mil ficarão nos cofres. Dinheiro nos cofres. Este foi um exemplo. O dinheiro pode ser utilizado também, para a regularização de algumas propriedades, como, por exemplo, o Domênico Bianchi, ou Parque das Laranjeiras. Mas isto, é apenas sugestão, que está na minha justificativa. O prefeito poderá usar o dinheiro, em outras situações também, onde haja necessidade. Se surgir



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

alguém e acontecer o objetivo do projeto, nós, vereadores, poderemos direcionar o dinheiro, para que o prefeito use onde houver maior necessidade. Quero pedir a derrubada do parecer. O projeto é legal, amparado na CF/88. Existe apenas o vício de iniciativa, mas tantos projetos aqui, já tiveram pareceres desfavoráveis e nós os derrubamos. Quero pedir a todos os vereadores a derrubada do parecer contrário, para que possamos, em seguida, sem demora, votar favorável ao projeto, que proponho, em primeiro turno, e dar mais uma ferramenta ao prefeito, para que ele tenha mais recursos, para as urgências do município”, explanou. Também comentou o projeto do Vereador Luiz Guarnieri. “A CFO deu parecer desfavorável. Acompanhou a comissão de JR, que apontou o vício de iniciativa, a inconstitucionalidade. É matéria de iniciativa exclusiva do Poder Executivo. Este é o nosso parecer, também. A opinião deste modesto vereador é que, além de ser ato institucional, dará margem ao prefeito, que não anda fazendo coisas muito corretas, para que faça mais cambalacho. Sou contra. Porque será muito fácil depois, numa licitação, fazer um acerto, embutindo uma coisa desse tipo. Um precatório, acabando por favorecer este, ou aquele. Pessoalmente, sou contra, e como membro da CFO, emiti parecer contrário, pelo fato de sua inconstitucionalidade”, salientou. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Este projeto não passou pela CESAS. Enquanto vereadora, até vejo como boa a iniciativa, mas, com a atual administração e na atual conjuntura, com as decisões do prefeito, penso que não. O projeto é bom, mas o atual prefeito tem tomado atitudes absurdas e não posso ser responsável, por dar esta carta, em branco, na mão do prefeito”, declarou. O próximo a discutir foi o Vereador Laércio Rocha Pires. “Vereador Benedito, o seu projeto é bom. Mas o senhor percebeu, que, como não gostam do prefeito, não estão considerando o teor do seu projeto? Estão colocando uma bronca pessoal. Não podemos deixar levar por este lado. Não podemos encarar as coisas deste jeito. O projeto é bom, para a cidade. Voto pela derrubada do parecer



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

contrário”, disse. O Vereador Waldemar Marcurio Filho também discorreu sobre o projeto. “Derrubamos muitos pareceres aqui. O projeto é bom. Usar a inconstitucionalidade, para emitir parecer contrário, eu entendo, mas não justifica, porque já derrubamos vários pareceres desfavoráveis aqui”, afirmou. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. “Da vez anterior, votei contra. Confio no senhor, Vereador Benedito, mas não confio no governo Stupp. A questão não é de birra ao prefeito, ou oposição, ou situação, mas o caos, na cidade. O que o prefeito quer, não pense ele que consiga. Voto com o parecer desfavorável”, narrou; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por nove (09) votos contrários a oito (08) votos favoráveis, Primeiro (1º) Turno, o parecer desfavorável da CFO ao Projeto de Lei nº 90/2015, do Vereador Benedito José do Couto); (Presidente votou, conforme reza o Artigo 20, III, do Regimento Interno); Em votação o Projeto de Lei nº 90/15; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por nove (09) votos favoráveis a oito (08) votos contrários, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei nº 90/2015, do Vereador Benedito José do Couto); (Presidente votou, conforme reza o Artigo 20, III, do Regimento Interno); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, convidando toda a comunidade à participação no X Concurso Literário Orlando Bronzatto – Pintaca, que, na atual edição, não contava com o apoio financeiro da prefeitura municipal. “Importante lembrar, que num desses concursos, a vencedora foi uma das funcionárias desta casa, Liliana Alegre. Conhecida, internacionalmente, pelos seus trabalhos. Portanto, é concurso que tem o seu valor”, completou. A Vereadora ainda registrou a presença, nas galerias, do munícipe Paulo Sérgio, o Paulinho do Gás, que, conforme assinalou, estava



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

deixando o PDT de Mogi mirim. “Mais uma pessoa que o PDT perde e eu lamento, pois é pessoa preocupada com o nosso município”, salientou. Depois falou relativamente sobre as entidades. “Como a postura de alguns vereadores muda diante do público. Isto me incomoda e muito. Muitos vereadores tiveram tantas chances de encarar o prefeito, nas votações de projetos de lei, como, por exemplo, na votação do plano diretor, mas não o fizeram. Aquela foi hora de encarar o prefeito. Encarar o prefeito não é só dizer ‘prefeito, vamos ajudar as entidades’! Discursar é fácil. Nas votações, é necessário mostrar postura também. Vamos parar de hipocrisia ao dizer, que não existe divisão, entre situação e oposição. Existe sim! A população sabe disso, a imprensa sabe disso. Tiveram diversas chances para mostrar, que encaravam o prefeito. O pior foi que aprovaram o plano diretor, que estende ainda mais o território do município. Se o município não consegue manter o básico, que é o CRAS e o CREAS, como o município vai estender ainda mais o seu território, sem os equipamentos sociais? A CESAS fez um estudo sério aqui, e emitimos parecer desfavorável ao plano diretor, porque percebemos que o município iria se expandir, sem equipamentos sociais, sem creches, sem CREAS, sem CRAS. É uma irresponsabilidade. O prefeito se mostra irresponsável, dia após dia. Saúde, educação, segurança pública. O prefeito não sabe administrar, nem parquinho escolar! Penso, que ao invés do prefeito ficar fazendo seus cursos, como o Conexão Um Líder, ou gnomos, ao invés de fazer isso, faça um curso de administração pública e o leve a sério. Se for cursar, como leva a administração do município, não vai se formar, nunca”, registrou. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Quero colocar a posição do meu partido, o PSB. Desde o princípio, a todo momento, o PSB esteve presente, na cidade, aberto a qualquer discussão, favorável, ou contrária, todos os que quisessem conosco discutir e mostrar o que pensam, em relação à cidade, e desejem a atitude de participar de soluções, para garantir o desenvolvimento da cidade e a segurança da população. Assim sendo, sempre nos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

reunimos, na praça, em torno do comércio central e, também, na nossa sede. Eu pude ver que o PT está se colocando contra, como se nós estivéssemos traindo nossos ideais. Temos nos reunidos, com quem tem nos procurado, para mostrar atitudes e interesses. A gente se reuniu no sábado passado. Estiveram conosco, num bar, os Vereadores Osvaldo, Maria Helena, Cinoê e Luiz Guarnieri. Tudo é fotografado e sai na rede social – Facebook e nos jornais. Cada partido tem o direito de definir o que vai ser feito e como. Não cabe a nós, PSB. Estamos apenas escutando e discutindo, preocupados com a situação da cidade, hoje, querendo encontrar uma saída, no fim do túnel, para crescer, novamente, para trazer indústrias e aumentar o número de empregos, de vagas no comércio e serviços terceirizados, e com a melhoria do povo, a gente poder, novamente, alcançar o alto nível que tínhamos antes. Diante disso, acreditamos que as pessoas não devem, simplesmente, olhar para o seu ego e dizer: sou candidato e basta. Não. Tem que mostrar o que propõe e para que vem e, no ano vindouro, vamos nos posicionar. Relativo ao PSDB, não nos colocamos favoráveis a este, ou aquele pré-candidato, pois esta, é decisão do PSDB. Para nós, tanto faz Maria Helena, ou Osvaldo, porque os conhecemos e a história de ambos, para com Mogi Mirim. Colocamo-nos contra, sim. Vimos Carlos Nelson Bueno ir nos jornais e dizer que ele não seria candidato, e que daria seu aval ao Osvaldo. Já participamos de discussões, onde Osvaldo falou, que se perceber, que conseguirá crescer, ele vai entrar na briga. A mesma falta de caráter de Carlos Nelson é a que vemos no prefeito atual. Ele jogou Flávia Rossi para disputar e não lhe deu aval durante a campanha, enquanto ele tinha conhecimento de tudo”, discursou. O próximo orador inscrito foi o Vereador Osvaldo Quaglio. “Hoje, tivemos estas colocações a respeito do problema das entidades. Gostaria apenas de colocar como eu entendo, que funciona a questão de oposição e situação, no meu entendimento. É pessoal, de cada um. Eu não entendo nada disso. Vereador não tem que ser nem situação, nem oposição. Exemplo do porquê penso assim. Há tempos, votamos a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

famigerada CIP e este vereador votou favorável. Por que? Porque se trata de resolução federal da ANEEL e entendo que todas as prefeituras terão que introduzir a taxa. O problema é que, em Mogi Mirim, hoje, cobra-se cinco vezes mais que a vizinha Mogi Guaçu. E não temos o serviço, não temos. Mogi Guaçu, pelo menos, mantém-se. Antes da votação da CIP, uma tabela, próxima do que seria cobrado, nos foi mostrada. Esta tabela sumiu. Oposição e situação é fácil de se resolver. A partir do momento, que o prefeito me enganou, uma vez, se me enganar de novo, o sem vergonha sou eu. A mim, o prefeito enganou uma única vez. Sabem quando ele vai pagar as entidades? Só na hora que os vereadores chegarem até o prefeito e disserem que não vão votar os projetos de interesse do Poder Executivo, enquanto ele não pagar as entidades. É uma arma, para pressionar o Executivo, e ela não está sendo utilizada. Simples. Hoje, por exemplo, uma desapropriação que nos chegou. Precisa? Pague o que deve às entidades primeiro, e votaremos o projeto. Vamos ver se ele vai pagar? Quem não vai apoiar as entidades? Portanto, temos uma arma, na mão, que talvez não saibamos usar, mas é como digo, o prefeito me enganou uma vez e não vai me enganar mais. Vamos assumir esta postura e observar. Vamos ver se ele paga? Este prefeito, eu o respeito, mas sua administração é uma vergonha. A troca de favores deve ser objetiva: cumpra suas obrigações, prefeito, e daí sim, vamos votar seus projetos”, expôs. Como o próximo orador, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistisse da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Cinoê Duzo, solicitando, desde logo, fosse guardado um respeitoso Minuto de Silêncio, durante o tempo que lhe era reservado na tribuna, em memória do décimo mês de falecimento de sua genitora, Dona Luzia. A solicitação foi acatada, pela presidência, e cumprida, com todos os vereadores, em pé. Como o próximo orador inscrito, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna, o Vereador Benedito José do Couto. “Somente para agradecer aos vereadores, que apoiaram meu projeto e derrubaram o parecer desfavorável. Também dizer da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

minha decepção, com alguns colegas, Vereadores Luís Roberto e Dayane, principalmente. Ambos já apresentaram projetos inconstitucionais, pediram meu apoio e, mesmo inconstitucionais, eu os apoiei. E eles não me apoiaram. Disseram que meu projeto era bom, mas que não eram favoráveis a ele. Afinal de contas, de que lado estão? Não quero dar ‘cheque em branco’, apenas estou tentando uma ferramenta, tentando ajudar. Gastando tempo, estudando, pensando que o município possa ter economia e mais recurso. Não entendo... o que de ruim lhes acarretaria, se tivessem votado comigo? Apenas o veto do prefeito. Dizem que estão em defesa da população, mas eu entendo isso, como defesa própria. Falaram do plano diretor, que eu o votei, conforme as audiências feitas nos bairros. André, delegado do plano diretor do bairro Maria Beatriz, esteve nesta Casa, pediu, voltou para discursar na Tribuna Livre, pediu, rogou, mas não o levaram em consideração e não votaram o plano. Picuinha contra o Poder Executivo. Tenho propriedade de dizer isso, porque há vereadores aqui, que foram vereadores comigo, na legislatura anterior. Eu era oposição a Carlos Nelson. Carlos Nelson apresentava um projeto e chamava os vereadores, para participar de uma reunião, explicativa sobre a matéria. Muito dos vereadores da oposição não compareciam, porque eram contra o governo. Eu participava. Escutava e, muitas vezes, eu entendia o projeto e via que era bom e eu votava favorável. Eles, da oposição, não. Os poderes são independentes, mas harmônicos. Eu poderia fazer como fizeram aqui, Márcia Róttoli e Orivaldo Magalhães, que só criticavam, mas não participavam de nada, para analisar nada. Eu não cresci, politicamente, com Carlos Nelson Bueno, mas tenho minha consciência tranquila, porque defendi a população, dignamente”, exprimiu. Como o próximo inscrito, Vereador Ary Augusto Reis de Macedo, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Foi noticiado, nos jornais da cidade, a decisão da Justiça a respeito do Centro Treinamento – CT do Mogi Mirim Esporte Clube – MMEC. Isto aconteceu na semana passada e foi uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sabia decisão, mesmo porque, coloca-se uma luz, no fim do túnel, para que se possa resolver o impasse, com o ex-presidente do clube, Rivaldo Ferreira. A briga vem desde o tempo, quando ele assumiu a presidência do clube e efetuou algumas mudanças que, para amantes do MMEC, até então diretores, eram inaceitáveis, haja vista que Rivaldo não poderia se desfazer do patrimônio do clube, que foi o que ele fez, justamente. Ainda bem, que a Justiça tarda, mas não falha, embora, parcialmente, pendente a uma decisão final. Pelo menos, já é uma decisão favorável, para aqueles que trabalham de forma correta, pensando no significado do MMEC para nossa cidade. Foi um ponto importante para os amantes do MMEC. Espero, evidentemente, que, no final, tudo possa ser esclarecido e decidido aquilo que for bom e de direito, para o patrimônio de nossa cidade, que é o MMEC”, defendeu. Como o próximo inscrito, Vereador Jorge Setoguchi, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Quando mencionei, há pouco, relativo aos vereadores da situação e da oposição, foi para o público, que estava aqui. Vi alguns vereadores, da ditada oposição. Eles escrachavam e metiam o pau e o pessoal, nas galerias, aplaudia. Ficavam muito contentes. Alguns vereadores da suposta situação vieram para a tribuna e as vaias se iniciaram. O Vereador Osvaldo falou a fórmula mágica. Muitas ações, que eu consegui, em Martim Francisco, conquistei dessa forma, Vereador Osvaldo. Lia o projeto e, provavelmente, ele teria o meu voto favorável, mas fazia consignações para ações, em Martim Francisco. Política, muitas vezes, chama-se permuta. Aquele projeto, que você percebe inconstitucional e que vai dar problemas, vota-se contra e acabou. Ponto final. A CIP foi estabelecida através de lei federal. O Vereador Luiz Guarnieri, PT, votou contra. Mas é lei federal, a partir do governo do PT! Falando sobre PT, um grilo me soprou na orelha, que o Vereador Luizinho Guarnieri vai começar a sofrer representações e que, provavelmente, vão lhe pedir a cadeira. Simplesmente, por que tem amizade por você, Vereador Osvaldo? Independentemente, disto, ou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

daquilo, somos amigos. Indisposições são passageiras. Aqui, ninguém tem interesse de prejudicar ninguém, pessoalmente. Não é? Na eleição passada, apoiei deputados da base aliada e o Vereador Luiz Guarnieri, PT, apoiou deputados da base contrária. Àquela época, ele não sofreu representação. Quem sofreu representações fui eu. Mas ele não sofreu. Eu fui submetido a trinta e sete representações. A sua, Vereador Luiz, só está começando, mas o fundamento é te expulsar do PT. Sabemos que o vereador não está satisfeito com o PT, desde em nível nacional. Porque Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil e a Dilma o afundou. Cuidado com Ernani Gragananello, Batman e Robin, Vereador Luiz, pois o senhor é o próximo. Sobre a nota de repúdio, subscrita pelo Vereador Daniel dos Santos, observei que dois vereadores não assinaram a moção. As Vereadoras Maria Helena Scudeler e Dayane Amaro Costa. Depois, o Vereador Osvaldo comentou comigo, que foi em razão de licitações e essas coisas. Mas, ficou uma coisa meio ruim, porque são do mesmo partido que o governador. Fica ruim, no meu entendimento. Eu não protejo mais partido. Juro. Escreveu, não leu, o pau comeu. É assim que funciona comigo, agora, a questão de partidos. Para apoiar as entidades e, principalmente, a Santa Casa, desses quatorze milhões de reais, vamos ter reuniões e tem que destinar alguma coisa sim, para a Santa Casa. Tem que destinar. Quero participar das reuniões. Forçar o Executivo a colocar suas contas, em dia, com as entidades e Santa Casa. Uma das únicas coisas a serem feitas é pressionar. Então, muitas vezes, ir à tribuna, gritar e bater, acontecer, não adianta nada, se não houver união. Se um dos lados não quiser, o projeto não vai passar. Um dos lados tem que ceder, ou o Poder Executivo, ou a Câmara. Está deste jeito. Basta saber fazer contas. Oito contra oito e temos um empate. Aqui, temos que definir a união. Como o interesse de todos é defender as entidades e a Santa Casa, vamos promover reuniões entre nós, procurar o melhor caminho e solucionar os problemas. Só desta forma vamos conseguir resolvê-los. O próximo orador foi o Vereador Daniel Gasparini dos Santos. “A palavra ‘base’



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

é complicada. Quando aperta, a ‘base’ tem que resolver; quando está ruim, a ‘base’ é a culpada. Complicada esta situação de ‘base’. Falta mais ação. Por parte deste vereador e penso que de todos. Por exemplo, a situação do MMEC. Graças ao Carlos Correa e outros, parou a questão do CTs. Então, hoje, nesta Casa, é muito blá, blá, blá e o que é necessário, realmente, fica de lado. Então, existem algumas situações, sem qualquer graça. O Vereador Waldemar mencionou a questão da minha moção de repúdio ao Governo do Estado. Eu já assinei vários repúdios contra o prefeito, tais como, os que a Vereador Dayane apresentou, sobre o Dia da Independência e sobre as entidades. Daí, o Governo do Estado falha na licitação, não repassa remédios, pessoas que precisam de remédios contra o câncer, contra Alzheimer, contra Parkinson, medicamentos todos de alto custo e o vereador não assina, porque é do PSDB, ou porque está ingressando agora no PSDB. Mas que situação é esta? Toda hora as vereadoras cobram. Mas, quando é contra o próprio partido, daí não podem assinar! Cada situação que a gente vê, nesta Casa, que não consigo entender, de verdade. Vereador bate na mesa e é aplaudido, mas, eu pergunto: cadê a ação? Onde está a solução de problemas? Algo nos desanima de sermos vereadores, às vezes”, salientou. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Quanto à moção de repúdio apresentada pelo Vereador Daniel, eu tentei falar com a Direção Regional de Saúde, em São João da Boa Vista, mas não consegui. Vou ligar, novamente, amanhã, pois quero ter mais informações. Pelos servidores da regional, soube que o fato foi a licitação. O senhor vereador tenha certeza, de que eu já assinei contra o Governo de São Paulo, várias moções. Mais recente, foi sobre os professores, que reivindicavam aumento salarial. De forma alguma me posicionei a favor do Dr. Geraldo, apenas que ainda não tenho informações. Se as informações não me satisfizerem, vou protestar e venho a público dizer. Na sessão passada, falei da presença de Carlos Ferreira, diretor da SESAMM, aqui. Passei algumas horas conversando com ele. Ele se propõe a vir aqui,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

se as outras partes envolvidas na discussão, SAAE e prefeito, vierem também. Trouxe a proposta do senhor Carlos Ferreira, que é um convite para uma reunião, no auditório da SESAMM, para alguma conversa, para tirar nossas dúvidas e mostrar investimentos, que o município está fazendo. Talvez, nesta, ou na outra semana, conforme a disposição dos vereadores. Assunto é sobre a repactuação do contrato. Vou tentar viabilizar isso”, comunicou. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires. “Vocês acabaram de ouvir a posição da Vereadora Maria Helena. Então, ela disse, que não assinou o repúdio, porque não sabe se o remédio vai sair, ou não. Ora! Nós nunca ficamos esperando, para saber se algo vai sair, ou não, para assinarmos um repúdio nesta Casa. Mas a vereadora, não. A vereadora é cuidadosa. Ela toma muito cuidado. Penso que não esteja errada. Bobos, somos nós, que votamos sempre, sem notar as partes. A Vereadora Dayane. O presidente, há algum tempo, pediu-nos que votássemos com ela. Juntamos a base e votamos com ela. Logo após, ela começou a dizer, na tribuna, que foi porque ela forçou, que tínhamos votado o documento, que ela apresentava. Isto não é verdade. Nós votamos conscientes. Quanto ao caso do plano diretor, tenham certeza, votei consciente e voto do mesmo jeito, novamente. Por que, voltar atrás? Cada vereador tem o direito de usar da tribuna e, se acreditar o projeto bom, para a cidade, votar ao seu favor. Qual o problema? Mas, ele queriam outra coisa. O que eles queriam aqui, hoje? Queriam que fossemos contra as entidades e que tomássemos vaia. Não podemos nos posicionar, ou temos que nos posicionar contra tudo. É isso que agrada a oposição, não importa se para o bem, ou para o mal. Agora, este assunto de situação e oposição, ele é da consciência de cada vereador. Quem é o louco, o débil mental que vai votar contra uma entidade? Tal pessoa seria um cafajeste. Votar contra uma entidade, para alegrar a oposição. Queriam, mas não nos posicionamos contra as entidades. As entidades são sérias e o aplauso foi natural, por parte das entidades. As vaias foram de meia dúzia de políticos derrotados. As entidades ouviram e nós vamos nos reunir.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Nem precisava o Vereador Osvaldo nos dizer o que devemos fazer, porque já estamos conversando sobre isso. O prefeito tem que voltar atrás, em sua decisão, e olhar para a população, para as entidades. Se ele não tomar uma providência, será um covarde. Temos consciência do que estamos fazendo, nesta Câmara, e já estamos conversando sim, para irmos atrás do prefeito e pressioná-lo a uma posição. Não precisamos de ninguém, dizendo o que devemos fazer. Não vamos nos intimidar com caretas, com dedos em riste, ou com cara feia e vaias. Vereador, que esbraveja, dele não vejo resultado algum. Não vejo atitude, não vejo nada, nem um prego ele trouxe para a cidade. O voto é consciente. A população sabe. Eu estou nas ruas, meus queridos. Outros, precisam sair da toca. O prefeito precisa aparecer, honrar o cargo, precisa dar as caras, na cidade, e encarar o povo, para explicar o que vem fazendo. Isto é o que interessa. Votar, para agradar meia dúzia? Jamais. E outra. Já estão com medo de Carlos Nelson Bueno. Carlos Nelson chega e não bate pequeno. Se for candidato, não vai ter para ninguém. Vem grande. Já tremem, alguns. Na hora, não terão coragem”, narrou. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares. “Quero dizer, que a minha preocupação é com o meu mandato, minhas proposituras e minha conduta. Dificilmente, venho responder a alguém, ou atacar alguém. Vereador Benedito disse que está decepcionado comigo, digo a ele e a todos, que respeito, quando votam a favor, ou contra meus projetos, respeito os votos. Prefiro ele decepcionado comigo, do que a população decepcionada comigo. Falar sobre o cadastramento do Cartão SUS, que está sendo feito no Centro Cultural, para o novo sistema do cartão. É humilhante. Ninguém tem preferência, no atendimento. Primeiro, faz-se o agendamento prévio. Se a agenda é para às 13 horas, por exemplo, teoricamente, o cidadão teria que ser atendido naquele horário. Mas o agendamento está uma bagunça, levando de três a quatro horas, para ser concluído. Depois, ainda, o cidadão deve retornar, para o cadastramento, e há atraso. Dizem, que o sistema cai. A maioria dos cidadãos não espera. É muito tempo. É o que acontece. Precisamos ver



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

quem é o responsável, para nos responder, pois a população está indignada. É obrigatório? Com, ou sem Cartão SUS, a saúde em Mogi Mirim está uma vergonha. Com, ou sem cartão, vai continuar a mesma coisa. O ideal era que o agendamento fosse feito nas UBSs, não no Centro Cultural, com centenas de pessoas, numa fila gigante. Com relação ao blá, blá, blá, só quero dizer, que me exclua, vereador, porque tenho trabalhado. Hoje, entre minhas indicações, pedi melhorias para as Ruas Evaldo Chabregas; Dante Alighieri Vita; Avenida Antônio Carlos Oliveira; Rubens Taveira; Afonso Arcuri; para o NIAS e para a quadra do NIAS; para passeio, na Rua Francisco Nunes Maia; para a Rua Belmiro Finazzi, para a Rua Eliza Mansur Pierobon e outras. Faço minha parte. Não é nenhum blá blá blá”, destacou. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento dos senhores *Hélio De Lazari e Ismael Aparecido; senhora Benedita Luzia Dias Tagliaferro e senhor Benedito Antônio Sernaglia*, falecidos, recentemente. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h14, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM